



Número: **8031995-79.2020.8.05.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Presidência - Núcleo de Precatórios**

Órgão julgador: **Núcleo de Precatórios**

Última distribuição : **06/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (REQUERENTE)	
MUNICIPIO DE EUNAPOLIS (REQUERIDO)	
	MAURICIO OLIVEIRA CAMPOS (ADVOGADO) ALICE MENEZES DANTAS (ADVOGADO) ZILAN DA COSTA E SILVA MOURA (ADVOGADO) ALINE LESSA E SILVA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
99915586	02/03/2026 15:16	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Presidência - Núcleo de Precatórios

Processo: PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 8031995-79.2020.8.05.0000
Órgão Julgador: Presidência - Núcleo de Precatórios
REQUERENTE: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Advogado(s):
REQUERIDO: MUNICIPIO DE EUNAPOLIS
Advogado(s): ZILAN DA COSTA E SILVA MOURA (OAB:BA22513-A), ALINE LESSA E SILVA (OAB:BA51838), ALICE MENEZES DANTAS (OAB:BA41795-A), MAURICIO OLIVEIRA CAMPOS (OAB:BA22263-A)

DECISÃO

O **MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS**, submetido ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, em atenção às diretrizes firmadas no **ID 97590145**, **não apresentou proposta** de Plano de Pagamentos de Precatórios para o ano de 2026.

De fato, por estar enquadrado no Regime Especial de Pagamento de Precatórios, o ente devedor se submete às disposições do art. 101 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 109/2021.

Ademais, importa ressaltar que a Emenda Constitucional nº 136, de 09 de setembro de 2025, alterou o regramento constitucional concernente ao processamento e pagamento de precatórios, em especial impondo limite ao pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, apurado na forma do § 23 do art. 100 da Constituição Federal.

Enfatiza-se que, a teor do § 6º do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela EC 136/2025, o disposto nos §§ 23 a 30 do art. 100 da Constituição Federal aplica-se ao Regime Especial de Pagamento de precatórios.

Particularmente, a EC 136/2025, no seu art. 7º, eliminou o prazo para cumprimento do Regime Especial de pagamento de precatórios, anteriormente fixado em 31/12/2029 pelo art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Além disso, no tocante à fórmula de cálculo do teto de pagamento de precatórios, a EC



136/2025 utilizou como parâmetro o valor do “estoque de precatórios em mora, atualizados monetariamente e acrescidos de juros moratórios, em 1º de janeiro”.

Levando em consideração que o Ente não apresentou proposta, **faz-se necessária a aplicação, de ofício, do plano elaborado pelo NACP.**

Dessa forma, considerando que o estoque em mora devido pelo **Município de Eunápolis** o enquadra na faixa limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), a teor do § 23 do art. 100 da Constituição Federal, **FIXO** o plano de pagamento devido para 2026, cujo montante total corresponde a **R\$ 4.644.506,89**, a ser adimplido mediante aportes mensais, na forma de **10 parcelas de R\$ 446.866,31** e **1 parcela** no valor de **R\$ 175.843,79** (último aporte), com início a partir do mês de fevereiro/2026.

Ressalte-se que a quitação da primeira parcela, referente a fevereiro/2026, poderá ser realizada até o dia 10/03/2026. Porém, as demais parcelas, incluindo a de março/2026, deverão ser pagas até o final dos respectivos meses.

Frise-se, por oportuno, que o montante consolidado no plano não exaure o limite de 1% da RCL previsto no § 23 do art. 100 da Constituição Federal, subsistindo margem para eventual complementação de aportes pelo ente municipal, caso haja atualização do estoque da dívida no momento do pagamento, observada, em qualquer hipótese, a limitação percentual constitucional.

Por conseguinte, nos termos do art. 9º, *caput*, do Provimento nº 207/2025 da Corregedoria Nacional de Justiça, os valores a serem aportados pelo **Município de Eunápolis** deverão ser depositados diretamente nas contas especiais de cada Tribunal perante o qual o ente possua dívida consolidada de precatórios. Consequentemente, as certidões de regularidade serão emitidas por cada Tribunal, acerca de seu próprio acervo.

As orientações relativas aos depósitos no TRT5 encontram-se consolidadas no portal “Orientações para depósito em conta judicial de precatórios”, disponível em <<https://www.tjba.jus.br/portal/precat-tjba/>>.

Na hipótese, considerando que o pagamento do repasse mensal deverá ser depositado diretamente na(s) conta(s) especial(is) do TRT - 5ª região, o ente Municipal deverá observar as orientações para o respectivo depósito, conforme acima registrado.

Não realizado tempestivamente o repasse mensal supra mencionado (quando comunicado o inadimplemento pelo respectivo Tribunal), **DETERMINO** que a parcela vencida e não honrada espontaneamente seja descontada via sistema SISBAJUD, diretamente nas contas destinadas ao recebimento do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, nos termos do artigo 9º, §2º, do Provimento CNJ nº



207/2025.

Publique-se. Intime(m)-se. Cumpra-se.

Salvador, data registrada no sistema.

ADRIANA SALES BRAGA

Juíza Assessora Especial da Presidência - NACP

HP

